

Cataclismos e catástrofes: reflexões acerca da relação entre sistema político e sistema mediático

Paulo Serra

Universidade da Beira Interior

Índice

1 A catástrofe como figura moderna	2
2 A política num mundo complexo	5
3 Boas notícias são más notícias	8
4 Conclusão	11
5 Bibliografia	12

Introdução

A relação entre o sistema político e o sistema mediático é, em plena “sociedade da comunicação”, mais problemática do que nunca.

As causas desta situação, que se afiguram diversas, podem ser e têm sido procuradas quer do lado do sistema político, quer do lado do sistema mediático. Assim, o sistema político é muitas vezes acusado de ter sido incapaz de adaptar as suas práticas a um tempo em que a política se faz, em grande parte, fora dos espaços tradicionais da política – nomeadamente nos *media* e pelos *media*; de reagir a esta incapacidade mediante a tentativa, mais ou menos explícita, de controlar e instrumentalizar o sistema mediático. Por seu lado, o sistema mediático é acusado, também muitas vezes, de transformar a política num mero espectáculo, demitindo-se de apresentar aos cidadãos os problemas relativas à coisa pública, as soluções e as alter-

nativas políticas em presença e apostando na divulgação dos pormenores relativos à baixa política, à vida privada e mesmo íntima, ao escândalo mais ou menos rasteiro dos agentes políticos; de, eventualmente, se render à tentativa de controlo e instrumentalização protagonizada pelo sistema político para obter os correspondentes benefícios.

Todas e cada uma destas acusações têm os seus fundamentos. Pela nossa parte, no que se segue, queríamos menos acusar do que observar a forma como, a propósito de um tipo de acontecimento muito especial, os cataclismos e as catástrofes, se estabelece a relação entre o sistema político e o sistema mediático. Talvez no termo dessa observação concluamos que, afinal, ambos os sistemas colaboram, objectivamente, para um mesmo fim: a perda de confiança dos cidadãos no sistema político e a transformação de cada uma das sociedades em que vivemos e do seu conjunto em sistemas ingovernáveis. Tal não significa, necessariamente, o fim do mundo – mas quiçá a transição para um tipo de sociedade que nunca conhecemos, e que exige não só um novo tipo de políticos mas também um novo tipo de *media*.

1 A catástrofe como figura moderna

Malgrado a relativa confusão semântica que, nos dicionários da língua, envolve os termos “acidente”, “desastre”, “cataclismo” e “catástrofe”, a pragmática de tais termos indica que eles não só partilham uma mesma ideia de negatividade mas correspondem, também, a diferentes graus dessa mesma negatividade. No entanto, entre os dois primeiros termos – acidentes e desastres – e os dois últimos – cataclismos e catástrofes – não há não apenas uma diferença quantitativa; há também, e essencialmente, uma diferença qualitativa: se os acidentes e os desastres se referem a acontecimentos limitados em termos de espaço, de pessoas envolvidas e de efeitos, já os cataclismos e as catástrofes se referem a acontecimentos que envolvem espaços, pessoas e efeitos tão vastos que são, à partida, inimagináveis. Acrescente-se ainda que o termo “cataclismo” tende, hoje, a ser abandonado em favor do termo “catástrofe” – uma prática que aqui também seguiremos.

Um exemplo claro da diferença entre as duas categorias de acontecimentos infaustos pode ser encontrado no *Cândido* de Voltaire, escrito escassos quatro anos depois do terramoto de Lisboa de 1755. Referimo-nos, mais concretamente, e no que se refere à primeira das categorias, ao naufrágio ocorrido já à vista do porto de Lisboa e em que morrem afogados todos os passageiros e tripulantes, à excepção de Cândido, Pangloss e um marinheiro; e, no que se refere à segunda categoria, ao terramoto que sobrevém quando as três personagens referidas fazem a sua entrada na cidade de Lisboa, e que Voltaire descreve da seguinte forma:

Porém, mal tinham posto os pés na cidade, chorando a desgraçada morte do seu benfeitor [Tiago, o anabaptista], sentiram a terra tremer-lhe debaixo dos pés; o mar embravecia-se ainda mais e arrasou os navios que estavam ancorados no porto. Turbilhões de chamas e de cinzas cobrem as ruas e as praças, as casas desmoronam-se, os telhados afundam-se e os alicerces dispersam-se, trinta mil habitantes de todas as idades ficam sepultados nas ruínas daquela opulenta cidade.¹

No seguimento da obra Voltaire descreve, de forma satírica, as duas respostas comuns dadas pelos seus contemporâneos a um tal acontecimento.

A primeira, corporizada no optimista universal que é Pangloss, supostamente inspirado em Leibniz e Pope,² é a que encara o terramoto como uma fatalidade que há que aceitar, no pressuposto de que tudo o que acontece é exactamente o que deveria acontecer:

- Porque tudo isto – dizia ele [Pangloss] – é o que há de melhor; pois se há um vulcão debaixo de Lisboa ou nas suas cercanias, é prova evidente de que não pode estar noutro sítio; porque é impossível que as coisas não sejam o que são, atendendo a que tudo está bem.³

¹ Voltaire, *Cândido ou o Optimismo*, V, Lisboa, D. Quixote, 2003, p. 24.

² De facto Voltaire atribui este fatalismo não a Leibniz e a Pope mas a uma interpretação incorrecta desses autores feita por alguns dos seus leitores e (supostos) partidários. Cf. Voltaire, “Préface”, in *Poème sur le désastre de Lisbonne ou examen de cet axiome: tout est bien*, www.voltaire-integral.com.

³ Voltaire, *Cândido ou o Optimismo*, V, p. 25.

A segunda resposta, protagonizada pelo Santo Ofício, é a que encara o terramoto como fruto dos pecados dos homens – mais precisamente, de alguns homens – que há que exorcizar da forma mais radical possível, de forma a restabelecer uma ordem transcendente (supostamente) quebrada:

Depois do terramoto que tinha destruído três quartas partes de Lisboa, os sábios do país não encontraram meio mais eficaz para prevenir uma ruína total, do que oferecer ao povo um belo auto-de-fé; pois a Universidade de Coimbra tinha decidido que o espectáculo de queimar a fogo lento algumas pessoas, com as cerimónias e formalidades do estilo, era um segredo infalível para impedir a terra de tremer.⁴

Como o dá desde logo a entender o tom satírico que Voltaire utiliza para as caracterizar, nem a primeira nem a segunda das respostas são aceites pelo filósofo. Assim, no prefácio de um outro texto que dedicou expressamente ao terramoto, o *Poema sobre o Desastre de Lisboa*, publicado em 1756, diz Voltaire, referindo-se ao autor desse mesmo poema - a si próprio:

Ele confessa, pois, com toda a terra que há mal sobre a terra, assim como bem; ele confessa que nunca nenhum filósofo conseguiu explicar a origem do mal moral e do mal físico; e que a bondade da Providência é o único asilo ao qual o homem pode recorrer nas trevas da sua razão e nas calamidades da sua natureza frágil e mortal.”⁵

⁴ Voltaire, *ibidem*, VI, p. 27.

⁵ Voltaire, “Préface”, *Poème sur le désastre de Lisbonne ou examen de cet axiome: tout est bien*.

Assim, nem o optimismo cruel de Pangloss, nem a sanha piedosa da Inquisição – mas tão-só a consciência de que há males no mundo, de que alguns desses males são absolutamente insuportáveis e escapam não só ao compreensão como ao controlo do homem. Se alguma “positividade” há em cataclismos e catástrofes – Voltaire chama-lhe, ainda, “desastres” -, é a de mostrar a todos, em toda a sua crueza, a dor e a fragilidade inultrapassáveis dos humanos.

Este regresso aos textos de Voltaire sobre o terramoto de Lisboa só aparentemente é anacrónico. Com efeito, eles ilustram, de forma perfeita, o modo como começa a ser construída a “figura moderna da catástrofe”, como lhe chama Luhmann, que a define como “a ocorrência que ninguém quer e em relação à qual não são aceitáveis nem cálculos de probabilidade nem avaliações de risco nem opiniões de peritos”.⁶ É precisamente por ser o que permanece exterior àquelas que se revelam como características essenciais da modernidade - os cálculos de probabilidade, as avaliações de risco e as opiniões de peritos -, que a catástrofe pode ser considerada como uma “figura moderna”.

Mas a catástrofe é uma “figura moderna” também em três outros aspectos.

Em primeiro lugar, na medida em que a modernidade vê surgir catástrofes que resultam, em grande parte, da acção humana, de soluções humanas para problemas humanos como a fome, a falta de habitação, a necessidade de energia, etc. Assim, à juntar às catástrofes como as que são exemplificadas por Voltaire – pestes e tremores e terra, a que

⁶ Niklas Luhmann, *Observations on Modernity*, Stanford University Press, 1998, p. 70.

poderíamos juntar ainda secas, fomes, inundações, trovoadas ou vagas de calor -, temos toda uma série de catástrofes ditas “ambientais”, de que *Three Miles Island*, *Chernobyl* ou, mais recentemente, a maré negra provocada pelo *Prestige*, são alguns dos exemplos mais conhecidos. E, numa situação em que a relação do homem com o meio ambiente se tornou tão estreita, em que a distinção entre o “natural” e o “artificial” se foi progressivamente esbatendo, todos os acontecimentos “naturais” – por exemplo um terramoto – acabam por ser também “artificiais”, se não nas causas próximas, pelo menos nas causas remotas e nos efeitos imediatos. É o caso, por exemplo, do terramoto que destrói uma cidade inteira, e que levanta sempre questões como as seguintes: porque se construiu naquele sítio? Porque se construíram habitações sem a segurança necessária?

Em segundo lugar, na medida em que as catástrofes deixam de ser acontecimentos raros e anormais, para se tornarem ocorrências cada vez mais frequentes e “normais”.⁷

Em terceiro lugar, na medida em que, se Voltaire ainda consegue ver a catástrofe à distância, emocionar-se com ela como se ela fosse sempre a catástrofe dos outros, no sistema mundial e interdependente que é o nosso, as catástrofes de uns são, cada vez mais, as catástrofes de todos – dando origem a uma situação em que, como diz Luhmann, “a fonte primária de incerteza social já não são os outros indivíduos mas antes o contexto ecológico no qual evolui o sistema social”.⁸

Se atentarmos novamente na definição

⁷ “As catástrofes já não são limitadas espacial ou temporalmente”. Luhmann, *Observations on Modernity*, p. 85.

⁸ Luhmann, *Observations on Modernity*, p. 97.

luhmanniana de catástrofe – “a ocorrência que ninguém quer e em relação à qual não são aceitáveis nem cálculos de probabilidade nem avaliações de risco nem opiniões de peritos” -, não é difícil ver que estamos perante um tipo de acontecimento marcante quer para o sistema político quer para o sistema mediático. Para o sistema político, na medida em que a catástrofe representa, por definição, a antítese daquilo que, desde Platão e Aristóteles, é visto como a essência da política: a construção de uma ordem racional, assente na Ideia de Bem, no caso do primeiro;⁹ uma acção assente na prudência, no caso do segundo.¹⁰ Para o sistema mediático, na medida em que a catástrofe representa uma espécie de ponto supremo do informativo – o absolutamente imprevisto, o sublimemente horrível, o racionalmente injustificável. Por isso mesmo, e aqui reside o nosso interesse principal, a catástrofe é um acontecimento que permite revelar, como nenhum outro, o tipo de relação que entretêm ambos os sistemas, o político e o mediático.

⁹ “Depois de terem visto o bem em si, usá-lo-ão como paradigma, para ordenar a cidade, os particulares e a si mesmos, cada um por sua vez, para o resto da vida (...)”. Platão, *A República*, 540 a-b, Lisboa, Gulbenkian, 1972, p. 360.

¹⁰ Na sua *Política*, diz Aristóteles: “Nós chamamos homem bom e prudente ao governante responsável e dizemos que o político deve ser prudente”. Aristóteles, *Política*, Livro III, 4, 1277 a, 12-16, Lisboa, Vega, 1998, pp.197-199. E, noutra ponto: “A prudência é a única virtude peculiar ao governante. As outras formas [Aristóteles refere a temperança, a justiça e a coragem] parecem pertencer tanto aos governantes como aos governados. A virtude peculiar aos governados não pode ser a prudência, mas a opinião verdadeira.” Aristóteles, *ibidem*, Livro III, 4, 1277 b, 25-30, p. 201.

2 A política num mundo complexo

Já no século XVIII a *Encyclopédie* considera ainda que “a filosofia política ensina os homens a conduzirem-se com prudência, seja à cabeça de um estado seja à cabeça de uma família.”¹¹ Tal não obsta a que, algumas linhas depois, a mesma filosofia política seja qualificada como “esta ciência tão útil e tão perigosa”. Se a utilidade parece óbvia, a perigosidade resulta, em primeiro lugar, do reconhecimento de que, como afirma ainda a *Encyclopédie*, “a face da terra experimentou tantas revoluções, e os costumes mudaram tanto, que o que era muito sábio no tempo em que Aristóteles escrevia, não o seria se o pusesse hoje em prática.”

Este processo de mudança permanente, que se encontra presente nas primícias do pensamento ocidental - e, podemos dizer, define mesmo o Ocidente enquanto tradição específica -, só se torna totalmente *aparente* com a tecnociência moderna, configurando aquilo a que sociólogos contemporâneos como Anthony Giddens e Ulrich Beck têm vindo a designar por “reflexividade”,¹² mas de que já nos meados do século passado um autor como Teillard de Chardin tinha ligado ao pensamento em geral e sublinhado os efeitos.¹³

¹¹ “Politique (Philosophie)”, in *Encyclopédie de Diderot et D’Alembert*, Volume 16 (Tomo IX do original), Milão, Franco Maria Ricci, 1978, p. P-111.

¹² Cf. Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, 1992; Ulrich Beck, *Risk Society. Towards a New Modernity*. London, Sage Publications, 1998.

¹³ “Ora, com a primeira centelha de Pensamento surgida na Terra, a Vida engendrou um poder capaz de a criticar e de a julgar. Risco formidável, amortecido durante muito tempo, mas cujos perigos se mani-

É certo que o poder sobre a natureza que a tecnociência propicia ao homem é visto, numa primeira fase – que irá até meados do século XIX -, como fonte de previsão e controlo e, assim, como o principal instrumento da construção, finalmente possível, de um mundo humano ordenado de forma racional. No entanto, logo se verifica que a tecnociência acarreta, simultaneamente, imprevisão e descontrolo – que quanto maiores são a previsão e o controlo a certos níveis, maiores são a imprevisão e o descontrolo a outros níveis, que quanto maiores são a previsão e o controlo a nível local, maiores são a imprevisão e o descontrolo a nível global.

A razão disso reside na própria natureza da tecnociência moderna. Por um lado, ao ser um saber especializado, das causas e dos efeitos relativos a uma região ontológica determinada, ela não pode deixar de ter, como contraponto, o desconhecimento de cada uma e do conjunto de todas as outras regiões ontológicas. Por outro lado, ao mobilizar tecnologicamente as causas – limitadas - que conhece, procurando produzir efeitos determinados e limitados, ela não pode deixar de produzir efeitos que são, ou desconhecidos, ou inesperados e indesejados; e de tal modo que, quanto maior a potência das causas mobilizadas pelo agir científico-

festam com o nosso primeiro despertar para a ideia de evolução. Como filhos que cresceram – como operários que se tornaram ‘conscientes’, nós estamos a descobrir que Algo se desenvolve no Mundo, por meio de nós próprios – talvez à nossa custa. E, o que é ainda mais grave, apercebemo-nos de que, na grande partida que se joga, nós somos os jogadores ao mesmo tempo que as cartas e a entrada”. Pierre Teillard de Chardin, *O Fenómeno Humano*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1970 (1940), p. 248; sobre o conceito de “reflexão”, cf. p. 169-170).

tecnológico, maior a potência deste último tipo de efeitos.

O resultado é, assim, não apenas um mundo cada vez mais desconhecido à medida que vai sendo conhecido, como cada vez mais incontrolável à medida que vai sendo - ou pretendendo ser - controlado. O que, colocado em termos da que Comte considerava ser a verdadeira consigna da ciência moderna - “Ciência, donde previsão; previsão, donde acção”¹⁴ -, significa que o conhecimento científico torna cada vez mais difícil quer a previsão quer a acção sobre o mundo. Desta forma - e aqui reside a decisiva antinomia da tecnociência -, à medida que aumenta o poder do homem sobre a natureza, aumenta o poder da natureza sobre o homem; ou, como também se poderia dizer, a liberdade de acção do homem é, cada vez mais, uma necessidade de reacção - que visa, precisamente, anular ou limitar os efeitos inesperados e indesejados de uma acção prévia.

Neste mundo dominado pela incerteza e pela improbabilidade, em que do futuro só se pode dizer que será diferente do presente e do passado, torna-se cada vez mais difícil qualquer definição da “prudência” - até porque aquilo que num momento se considera como “prudente” poderá vir a revelar-se, no momento seguinte, como altamente “imprudente”. Assim, estamos todos sempre à beira da catástrofe mais ou menos literal.

O risco sempre presente da catástrofe coloca o decisor político perante o dilema entre agir - e provocar efeitos inesperados e incontroláveis - ou não agir - e sofrer efeitos não menos inesperados e incontroláveis.

¹⁴ "En résumé, science, d'où prévoyance; prévoyance, d'où action (...)". Auguste Comte, *Philosophie Première - Cours de Philosophie Positive, Leçons 1 à 45*, Paris, Hermann, 1975, p. 45.

No entanto, o político não pode aparecer, em face da “opinião pública” - nos meios de comunicação de massas - como alguém que se nega a agir. A solução do dilema parece óbvia: “interrogam-se os peritos ou procura-se o consenso”.¹⁵ Pode-se argumentar, é claro, que esta terceira via não é uma verdadeira solução - mas o mero adiamento do dilema entre acção e não acção. No entanto, face à “opinião pública”, a solução do decisor político é perfeitamente eficaz: ela mostra que ele se preocupa não apenas em decidir mas em decidir da melhor maneira possível, de forma sábia e prudente - ainda que, como dissemos atrás, a “prudência” seja hoje um conceito mais do que problemático.

Esta autêntica transmutação de uma não acção numa (suposta) acção, de uma indecisão numa (suposta) decisão só é possível porque, ao contrário da política tradicional, assente no chamado “segredo de Estado”, a política moderna assenta na publicidade do Estado, na comunicação não apenas do que se faz mas também e sobretudo do que se pensa fazer, na observação dos efeitos dessa comunicação na “opinião pública” e na adaptação permanente dessa comunicação em vistas de uma opinião favorável.¹⁶ Esta necessidade de comunicação

¹⁵ Niklas Luhmann, *Risk: a Sociological Theory*, Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1993, p. 173.

¹⁶ “Enquanto que a velha política do estado colocou a sua fé na *raison d'état*, e com referência a este princípio justificou o facto de manter as intenções, e, quando necessário, os actos secretos no interesse da consecução dos seus fins, hoje impõe-se o problema inverso: têm de ser tornados públicos actos que, possivelmente, nem sequer terão lugar, ou que podem não ter os efeitos que lhes são atribuídos. Tem que se estar permanentemente à vista e dirigir a sua atenção para observar sob que condições e com que expectativas se é observado. Não se deve esconder as suas intenções

faz com que a actividade do político tenda a concentrar-se, quando não a resumir-se mesmo, cada vez mais, na resposta às injunções permanentes da “opinião pública” – que, no limite, exige tudo e já. Mas essa resposta é, antes de mais, a comunicação de uma resposta; de facto, se os problemas só se tornam problemas para a sociedade porque há uma comunicação mediática que os comunica como problemas, a (suposta) solução de tais problemas tem de passar, também, pela comunicação mediática dessas soluções. Mas, e dada a crescente ausência de soluções, essa comunicação é, cada vez mais, apenas a comunicação da própria comunicação.

Ora, é precisamente em relação às catástrofes que esta natureza da política contemporânea se revela de forma clara. Em relação a elas, o político é obrigado a demonstrar, da forma mais clara possível, que elas não se devem nem à sua acção nem à sua não acção – que ele (político) é, paradoxalmente, um agente que é um não agente, um agente que está para lá do dilema entre acção e não acção.

Mas terá algum sentido exigir esta demonstração do político? Tem, na medida em que é a política que cria, para si própria, esta exigência de demonstração. Aquilo de que se trata é, aqui, é de mais um exemplo daquilo a que, ao referir-se ao Estado de Bem-Estar, Luhmann chama a “sobrecarga do sistema político sobre si mesmo”.¹⁷ Ao

mas anunciá-las.” Niklas Luhmann, *Risk: a Sociological Theory*, p. 146.

¹⁷ “Ao princípio do Estado de Bem-Estar subjaz a ideia de que toda a procura de meios de ordenação públicos ou de orçamentos públicos deve tomar-se a sério a partir do momento em que pode ser anunciada no teclado da opinião pública, das pessoas politicamente

assumir-se como “Estado de Bem-Estar”, o Estado passa a auto-responsabilizar-se por tudo o que faz e deixa de fazer.¹⁸

Ora, se esta auto-responsabilização do Estado por tudo e por todos ainda era pensável – ainda que problemática – no âmbito limitado de cada Estado-Nação, numa sociedade cada vez mais mundial e globalizada como a actual, a interdependência dos factores, a complexidade e a improbabilidade são de tal ordem que ela só pode ser “governada” *a posteriori* e por ensaio e erro; a antecipação e a planificação tornam-se cada vez mais difíceis ou mesmo impossíveis. Não admira assim que, que na actividade política em geral, verbos como “prever” ou “planificar” tendam, cada vez mais, a ser substituídos por fórmulas como “esperamos que”, “acreditamos que”, que colocam uma tal actividade num nível que podemos situar algures entre a astrologia e a meteorologia. Por outro lado, se os problemas que se colocam às sociedades são globais, as soluções desses

importantes ou do direito.” (Niklas Luhmann, *Teoría Política en el Estado de Bienestar*, Madrid, Alianza Editorial, 1997, p. 154).

¹⁸ Como exemplifica Luhmann em relação à questão específica dos “riscos”: “Por razões ao mesmo tempo estruturais e semânticas, o sistema político é hoje pressionado para politizar riscos qualquer que seja a sua proveniência, sejam emissões industriais ou Aids, condução negligente ou condutores de autocarro ou camião esgotados, formas de vida geneticamente manipuladas e reprodutíveis, ou o risco de se tornar um inválido, onde isto não foi coberto agora pelo seguro de saúde. E o que fazem as estâncias de férias quando os turistas deixam de vir, ou os agricultores quando não podem vender o seu produto a preços de mercado? Voltam-se para os políticos em busca de ajuda logo que o problema atingiu proporções que parecem tão grandes que as precauções pessoais contra o risco não são efectivas. Luhmann, *Risk: a Sociological Theory*, p.160.

problemas também só podem ser globais – o que tem como consequência que os políticos de cada um dos Estados-Nação, que constituem ainda a organização política de base, têm, por si sós, um poder de decisão extremamente limitado. Esta dificuldade poderia ultrapassar-se se houvesse a possibilidade de estabelecer instâncias de decisão a nível global – mas, por uma ou outra razão, essas instâncias ou não existem ou, quando existem, não se mostram capazes de decisões vinculativas.

3 Boas notícias são más notícias

Retomemos, aqui, o prefácio ao *Poema sobre o desastre de Lisboa* que citámos atrás. Logo no início, diz Voltaire:

Se alguma vez a questão do mal físico mereceu a atenção de todos os homens, foi nesses acontecimentos funestos que nos convocam à contemplação da nossa natureza frágil, como as pestes gerais que arrebataram um quarto dos homens no mundo conhecido, o tremor de terra que engoliu quatrocentos mil pessoas na China em 1699, o de Lima e de Collao, e em último lugar o de Portugal e o do reino de Fez.¹⁹

Os “acontecimentos funestos” de que fala Voltaire – as catástrofes – são acontecimentos informativos por excelência, se tivermos em consideração que o aforismo segundo o qual “boas notícias são más notícias” (*good news is bad news*) é o aforismo central da informação mediática contemporânea.

¹⁹ Cf. Voltaire, “Préface”, in *Poème sur le désastre de Lisbonne ou examen de cet axiome: tout est bien*.

Este aforismo é geralmente interpretado como a expressão mais lídima daquilo a que se chama o “sensacionalismo” da informação mediática - derivado, por sua vez, dessa “curiosidade” que pode assumir formas mais ou menos mórbidas e a que autores como Aristóteles, Santo Agostinho e Heidegger dedicaram a sua atenção. No entanto, à luz da cibernética, e, mais especificamente, do conceito de *homeostasia*, ele pode e deve ser interpretado de uma forma totalmente diferente. Como é sabido, a homeostasia significa que, quando posto em desequilíbrio, qualquer sistema vivo tende a desencadear acções que permitam restabelecer o equilíbrio e a assegurar, assim, a sua continuidade. Para que a homeostasia funcione, o sistema deve integrar, como elemento, um qualquer mecanismo de recolha e de tratamento da informação respeitante ao seu próprio estado. Um tal mecanismo deve, por definição, alertar para os estados de desequilíbrio, potencialmente perigosos para o sistema, e não para os estados de equilíbrio; ou, como também se pode dizer, ele está orientado essencialmente para os desvios, que não para a normalidade, do funcionamento do sistema. Isto não significa, no entanto, que o mecanismo homeostático funciona apenas quando o sistema está em desequilíbrio – o que se passa é que, funcionando por assim dizer de forma latente, exercendo uma “vigilância” permanente, ele apenas intervém, de forma manifesta, quando se dá o desequilíbrio. A não ser assim – a estar constantemente a enviar sinais de risco que teriam de ser constantemente tomados em conta pelo sistema -, seria impossível ao próprio sistema funcionar.

Os chamados órgãos de informação – os *media* – podem ser e têm sido vistos como uma espécie de mecanismo homeostático do

sistema social, de garantes da “homeostasia social”.²⁰

De acordo com esta analogia, as “boas notícias” corresponderão ao funcionamento equilibrado ou normal do sistema - elas apenas dizem ao corpo social que tudo está bem e que, portanto, nada de especial se passa, pelo que não é preciso dizer que nada de especial se passa; quanto às “más notícias”, elas corresponderão a estados de desequilíbrio ou desvios do sistema em relação ao seu funcionamento esperado ou desejado, havendo, portanto, todo o interesse que sejam comunicadas ao/no sistema. Estas “más notícias” procuram, de acordo com as regras básicas do jornalismo objectivo, determinar não apenas o “quem?”, “o quê?”, o “quando?”, o “onde?”, mas, cada vez mais, o “porquê?”, isto é, as causas e as responsabilidades – como o comprova a ênfase que hoje se coloca no jornalismo dito “de investigação”.

Essas causas e responsabilidades são, invariavelmente, reconduzidas em última análise ao sistema político. Assim, por exemplo, se há acidentes de viação com mortos, feridos e danos materiais, é porque a estrada foi mal planeada e construída, as leis da condução não são as adequadas ou a repressão policial aos infractores não é suficiente – tudo coisas que, de forma mais ou menos directa, podem ser imputadas ao sistema político e à sua incapacidade de planificação, previsão e prevenção; uma incapacidade que, assumem implicitamente os media que dão as “más notícias”, seria ultrapassável se o sistema político tivesse tido devidamente em conta os

²⁰ Cf. Norbert Wiener, *Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and the Machine..* Cambridge, Mass., The MIT Press, 1965, pp.161-2 e passim.

avisos repetidos desses mesmos media. E, ao dar-se conta da imputação de causas e de responsabilidades que surge nos media – o meio em que se forma a “opinião pública” -, o sistema político tem de comunicar, o mais rapidamente possível, que irá modificar o que se exige seja modificado, sob pena de dar a ideia de que não se preocupa com a vida e o bem-estar dos cidadãos. Os políticos levam, portanto, muito a sério – ou, pelo menos, não podem deixar de dar a impressão disso – a função de aviso que os media atribuem a si próprios.

Ora, apesar de ser uma “má notícia” – logo, uma boa notícia – por excelência, a catástrofe distingue-se claramente das restantes “más notícias” em dois aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar porque, se há acontecimentos em que se torna extremamente difícil, senão mesmo impossível, fazer a discriminação e a imputação das causas e das responsabilidades, eles são, seguramente, as catástrofes. As causas serão, aqui, múltiplas, complexas e de longo prazo – embora o acontecimento seja súbito e explosivo; as responsabilidades serão dos governantes em exercício mas também dos que os antecederam e, em última análise, de todos e de cada um dos cidadãos.²¹

²¹ Veja-se, por exemplo, o caso dos incêndios em Portugal. Assim, em resposta à pergunta “Até que ponto é que grandes catástrofes ambientais, como os incêndios florestais em 2003 e 2004 em Portugal, vistas através da televisão, têm reflexos junto das populações?”, diz Luísa Schmidt: “A questão é que essas catástrofes foram sempre mal tratadas nos seus aspectos ambientais, e daí que acabem por ter pouco efeito. Nos incêndios, atribuiu-se culpas ora aos proprietários, ora aos bombeiros. . . ninguém contabilizou a riqueza natural que se perdeu. Há um problema de fundo que não foi tratado. Foi ridículo o tratamento

Em segundo lugar porque a comunicação mediática não consegue, aqui, exercer a sua função de aviso, de antecipação previsível do acontecimento – ao contrário do que acontece por exemplo quando, ao dar a notícia de repetidos acidentes num determinado local, prevê e antecipa futuros acidentes. Daí que, em regra, a sua surpresa perante os acontecimentos catastróficos seja tão grande ou maior ainda que a dos agentes políticos.

Não assumindo um tal facto – que, à partida, lhe poderia ser imputado, dada a sua assumida responsabilidade de “mecanismo homeostático” –, a comunicação mediática acaba por voltar-se mais uma vez para os agentes políticos para, também aqui, lhes imputar “responsabilidades” e os culpar pela sua incapacidade de “previsão” e de “prevenção”; uma imputação que, como acabámos de dizer, é no mínimo problemática.

Esta imputação generalizada das “acontecimentos funestos” aos agentes políticos tem consequências profundas e, provavelmente, não previstas pelos próprios agentes do sistema mediático.

Uma primeira consequência é a inevitável politização dos *media*. De facto - e constituindo a política e os *media* aquilo a que Luhmann chama sistemas autopoieticos e auto-referentes -, tal como a política só consegue ocupar o espaço mediático tornando-se mediática, submetendo-se

que se fez do naufrágio do *Prestige*, com aquela ideia de que o mar acabava ali e que aqui já não era... foi tratado de uma maneira tão hipócrita em termos comunicacionais que acabou por não ter efeito praticamente nenhum. E a prova é que passado um ano não se tinha feito nada. O efeito da catástrofe depende da maneira como se aproveita a sua ocorrência.” Luísa Schmidt, “Os media analisaram sempre mal as catástrofes ambientais”, Entrevista de Carla Gomes, *QUERCUS Ambiente*, n.º 10, Outubro/2004.

ao código informativo/não informativo próprio do espaço mediático, também os *media* só conseguem ocupar o espaço político politizando-se, isto é, submetendo-se ao código governo/oposição próprio do espaço político – pelo que todas as críticas aos governos redundam, automaticamente, em benefício da oposição e contribuem, assim, para a erosão cada vez mais rápida dos governos e, eventualmente, para a sua queda.

Uma segunda consequência, complementar da primeira, é a transferência da luta política daqueles que são os campos de batalha tradicionais – o parlamento, o espaço público,²² as diversas instituições – para o espaço dos *media*. É aqui que o governo procura responder à sua oposição, isto é, à oposição da oposição propriamente dita e à oposição dos próprios *media* que dão as “más notícias”. (Trata-se daquilo a que podemos chamar a “mediatização da política”, com a condição de a não confundirmos com a mediatização dos políticos, com a transformação dos políticos – nomeadamente dos seus aspectos pessoais e privados - em vedetas do espectáculo noticioso).

Uma terceira consequência é o aumento do desequilíbrio do sistema social. Como sublinha Luhmann, a confiança é uma resposta fundamental para a complexidade do nosso mundo, para a existência de possibilidades praticamente ilimitadas e impossíveis de prever no presente.²³ E a confiança é um elemento essencial da política na medida em

²² Referimo-nos, neste contexto, ao espaço público físico ou material - praças, ruas, praças, avenidas, estádios de futebol, etc. – onde ocorrem comícios, manifestações e outros eventos políticos.

²³ “A complexidade do mundo futuro reduz-se por meio do acto de confiança. Ao confiar, uma pessoa compromete-se com a acção como se houvesse ape-

que entre o momento da decisão do político e os resultados dessa decisão pode mediar um tempo mais ou menos longo.²⁴ Não existindo essa confiança na decisão do político, os actores sociais – pessoas, empresas, instituições, etc. – verão o futuro como demasiado incerto e contingente para que possam determinar uma linha de acção. O resultado é a desconfiança generalizada, o medo de correr riscos, a retracção a todos os níveis, a estagnação ou mesmo a regressão. Assim, o que deveria funcionar como “mecanismo homeostático”, fator de equilíbrio – os *media* -, acaba por funcionar, de facto, como mecanismo anti-homeostático, fator de desequilíbrio.

4 Conclusão

Ao prometer permanentemente à sociedade mais do que aquilo que pode fazer – já que as promessas são ou parecem ser uma condição *sine qua non* do acesso ao governo -, o sistema político não pode deixar de, também permanentemente, incumprir as promessas feitas e, assim, ir perdendo a confiança dos cidadãos. A sua estratégia de comunicação, que seria importante se tivesse na base uma perspectiva realista dos problemas e das soluções, limita-se tão-só a adiar, por algum tempo, a decisão que a realidade dos factos impõe mais cedo ou mais tarde. Muitas vezes, essa realidade chega mesmo sob a forma da catástrofe: uma ponte que cai e mata dezenas de pessoas, um incêndio de verão que faz arder um país inteiro. Ora, a confiança tem uma natureza indutiva, no sentido em

nas certas possibilidades no futuro. Niklas Luhmann, *Confianza*, Barcelona, Anthropos, 1996, p. 33.

²⁴ Cf. Luhmann, *ibidem*, pp. 42-3.

que são necessários muitos casos para a ir adquirindo e, por mais casos que haja, nunca se pode considerar como algo certo e garantido - bastando, no entanto, um único caso para a destruir.²⁵ Compreende-se assim que, quando em vez de um, os casos são frequentes, quotidianos, os resultados não possam deixar de ser catastróficos em termos da confiança dos cidadãos nos políticos ou, o que é o mesmo, da credibilidade destes.

O sistema mediático dá também o seu contributo, importante, para este resultado. Ao imputar, de forma generalizada, as causas e as responsabilidades das “más notícias” aos agentes políticos, o sistema mediático acarreta uma erosão contínua do sistema político em geral e dos governos em particular, situando-se sempre, *malgré soi*, do lado da oposição, qualquer que esta seja. A assumpção deste papel pelos agentes do sistema mediático mostra, implicitamente, que eles continuam a atribuir à política uma força de condução da sociedade que ela de facto já não tem, atribuindo, a si próprios, uma função de orientação dessa mesma condução, numa espécie de versão moderna dos conselheiros do príncipe.²⁶

²⁵ “Uma mentira pode transtornar inteiramente a confiança e, pelo seu valor simbólico, erros demasiado pequenos e exposições falsas podem desmascarar o verdadeiro carácter de alguém, amiúde com um rigor implacável. O carácter compulsivo da generalização, o aumento da tensão devido à inevitabilidade de uma imagem simplificada do meio ambiente, encontra expressão na fragilidade da confiança.” Luhmann, *ibidem*, p. 49.

²⁶ Não será assim por caso que uma grande parte dos assessores dos políticos, nomeadamente dos que exercem funções governativas, são jornalistas e especialistas em “comunicação”. A função destes profissionais é, diz-se, tratar da “imagem” dos políticos, ou seja, filtrar as suas relações com a comunicação social, dando apenas a ver certas coisas e, mesmo estas,

Sem políticos credíveis, sem a confiança dos cidadãos no sistema político, a sociedade torna-se absolutamente ingovernável. Mas este facto tem, pelo menos, um aspecto positivo: exige uma nova resposta para a complexidade, ou seja, novas formas do sistema político, do sistema mediático e da relação entre ambos. Que formas sejam essas, ainda é demasiado cedo para o saber. Mas elas passam, certamente, pela consciência de que a política é, como todas as outras actividades humanas, uma actividade de poderes e efeitos limitados, e que grande parte daquilo que hoje dela exigimos deve, pelo contrário, ser pedido à chamada “sociedade civil” – a cada um de nós enquanto cidadão.

5 Bibliografia

- Aristóteles, *Política*, Lisboa, Vega, 1998.
- Beck, Ulrich, *Risk Society. Towards a New Modernity*, London, Sage Publications, 1998.
- Chardin, Pierre Teilhard de, *O Fenómeno Humano*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1970.
- Comte, Auguste, *Philosophie Première - Cours de Philosophie Positive, Leçons 1 à 45*, Paris, Hermann, 1975.
- D’Alembert, Jean le Rond, **Diderot**, Denis (org.), “Politique (Philosophie)”, in *Encyclopédie de Diderot et D’Alembert*, Volume 16 (Tomo IX do original), Milão, Franco Maria Ricci, 1978, p. P-111.
- Giddens, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, 1992.
- Luhmann, Niklas, *Confianza*, Barcelona, Anthropos, 1996.
- Luhmann, Niklas, *Observations on Modernity*, Stanford University Press, 1998.
- Luhmann, Niklas, *Risk: a Sociological Theory*, Berlin, New York, Walter de Gruyter, 1993.
- Platão, *A República*, Lisboa, Gulbenkian, 1972.
- Schmidt, Luísa, “Os media analisaram sempre mal as catástrofes ambientais”, Entrevista de Carla Gomes, *QUERCUS Ambiente*, n.º 10, Outubro/2004.
- Voltaire, *Cândido ou o Optimismo*, V, Lisboa, D. Quixote, 2003.
- Voltaire, *Poème sur le désastre de Lisbonne ou examen de cet axiome: tout est bien*, www.voltaire-integral.com.
- Wiener, Norbert, *Cybernetics: or Control and Communication in the Animal and the Machine*, Cambridge, Mass., The MIT Press, 1965.

apenas de uma certa forma. No entanto, esta filtragem é muito mais do que isso - é uma verdadeira condução do político pelo assessor, que indica os temas, as formas e as ocasiões da intervenção pública do político